

DOCUMENTO DE CARACTERIZAÇÃO

17
JUNHO
2021
CASA
DO ALENTEJO

9º
EN
CON
TRO

iR
LISBOA
INTER-REFORMADOS

**COM ESPERANÇA E CONFIANÇA LUTAMOS
PELO DIREITO A ENVELHECER COM DIGNIDADE
UNIDOS E SOLIDÁRIOS, NO ACTIVO E NA REFORMA**

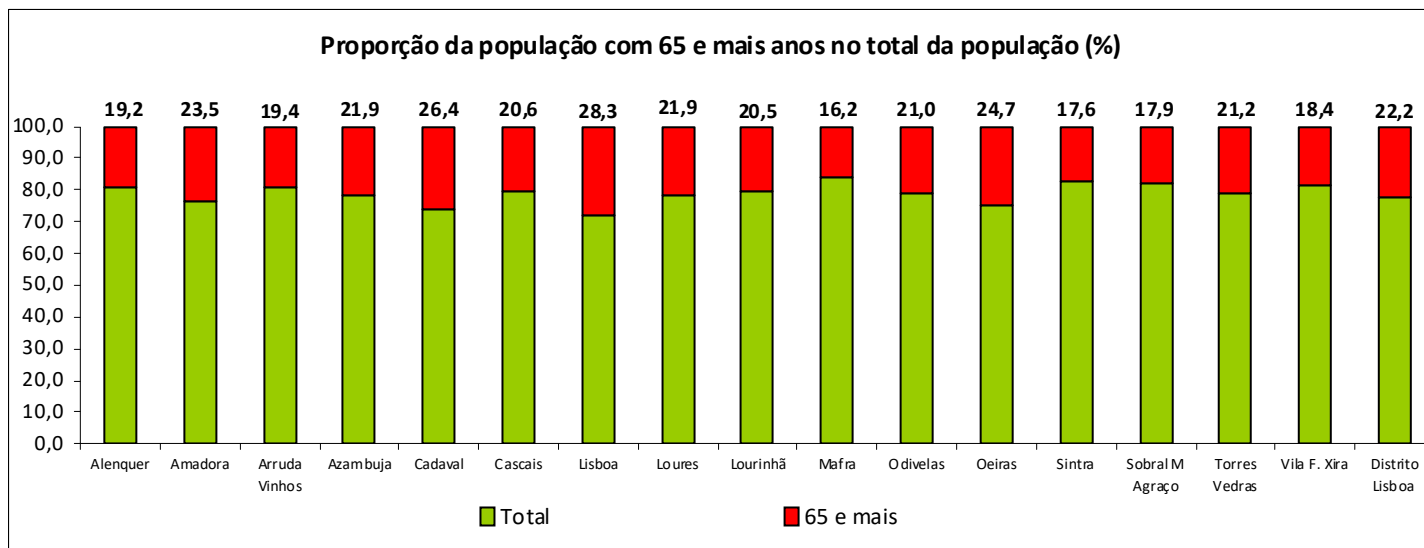
ÍNDICE

MAIS DE MEIO MILHÃO DE RESIDENTES COM 65 E MAIS ANOS NO DISTRITO DE LISBOA	3
É NA CIDADE DE LISBOA QUE VIVE O MAIOR NÚMERO DE IDOSOS DO DISTRITO	3
CERCA DE METADE DA POPULAÇÃO COM 65 E MAIS ANOS (48%) TEM MAIS DE 74 ANOS	3
O AUMENTO DA ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA	4
A POPULAÇÃO IDOSA AUMENTA A UM RITMO SUPERIOR AOS OUTROS GRUPOS ETÁRIOS	4
O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO	4
ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS	5
OS REFORMADOS NO DISTRITO DE LISBOA.....	6
REGIME GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL	6
REFORMADOS E APOSENTADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6
OS BAIXOS VALORES DAS PENSÕES.....	7
Valor médio das pensões.....	7
1,36 MILHÕES COM PENSÕES DE VELHICE INFERIORES A 419,22 Euros	7
O AUMENTO DA IDADE DE REFORMA.....	8
POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	9
2 EM CADA 10 PESSOAS COM MAIS DE 65 ANOS VIVEM EM RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL ..	9
AS MULHERES SÃO AS MAIS ATINGIDAS PELA POBREZA	9
BENEFICIÁRIOS DO COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS	10
A SAÚDE E OS ORÇAMENTOS DOS REFORMADOS	11
A POPULAÇÃO COM 65 E MAIS ANOS TEM MAIS GASTOS COM A SAÚDE.....	12
UMA REDE DE CUIDADOS CONTINUADOS INSUFICIENTE	12
AUSÊNCIA DE UMA REDE PÚBLICA DE EQUIPAMENTOS DE APOIO À TERCEIRA IDADE.....	14
HABITAÇÃO	15

MAIS DE MEIO MILHÃO DE RESIDENTES COM 65 E MAIS ANOS NO DISTRITO DE LISBOA

Vivem no distrito de Lisboa mais de meio milhão de mulheres e homens com 65 ou mais anos, de acordo com as estimativas da população residente (508.536).¹

Correspondem a mais de um quinto (22,2%) da população do distrito de Lisboa.



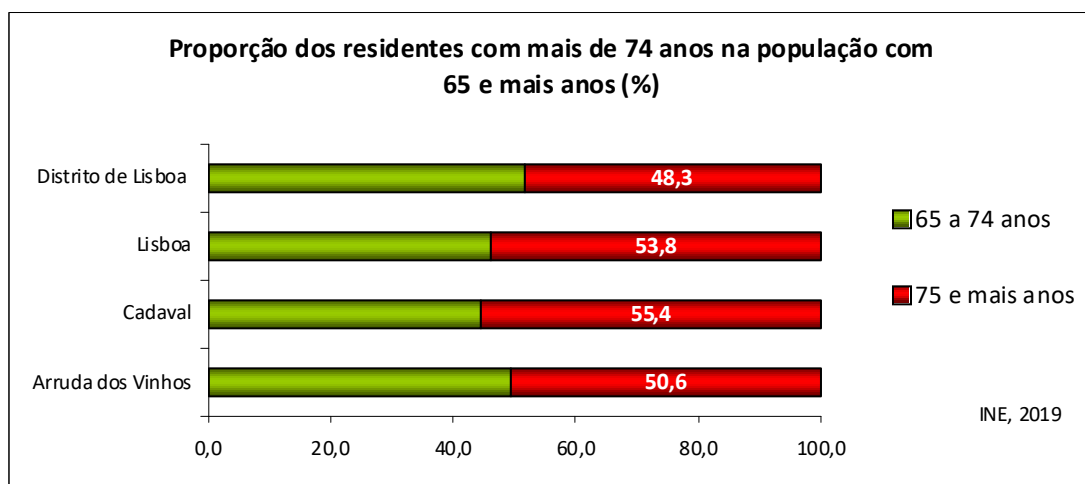
É NA CIDADE DE LISBOA QUE VIVE O MAIOR NÚMERO DE IDOSOS DO DISTRITO

O **concelho de Lisboa** é aquele onde vive a maior percentagem de pessoas com mais de 65 anos: aqui residem **28,3% dos residentes com 65 e mais anos do distrito**.

Lisboa é, simultaneamente, o **concelho mais envelhecido** do distrito, com 28,3% da sua população constituída por pessoas com 65 e mais anos.

CERCA DE METADE DA POPULAÇÃO COM 65 E MAIS ANOS (48%) TEM MAIS DE 74 ANOS

Nos concelhos do **Cadaval, Lisboa e Arruda dos Vinhos** a população com mais de 74 anos já ultrapassa a metade dos residentes com 65 e mais anos

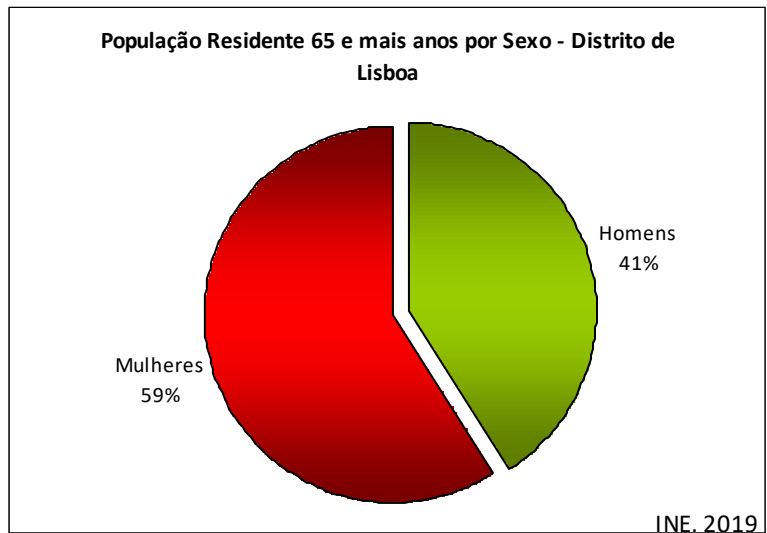


¹ Fonte do capítulo: INE, Anuários Estatísticos 2016 e 2019

A POPULAÇÃO IDOSA É MAIORITARIAMENTE CONSTITUÍDA POR MULHERES

Em média, as mulheres vivem mais anos do que os homens e o seu peso relativo aumenta à medida que as idades vão avançando. **Deste modo, as mulheres constituem 58,8% da população residente com mais de 65 anos no distrito de Lisboa.**

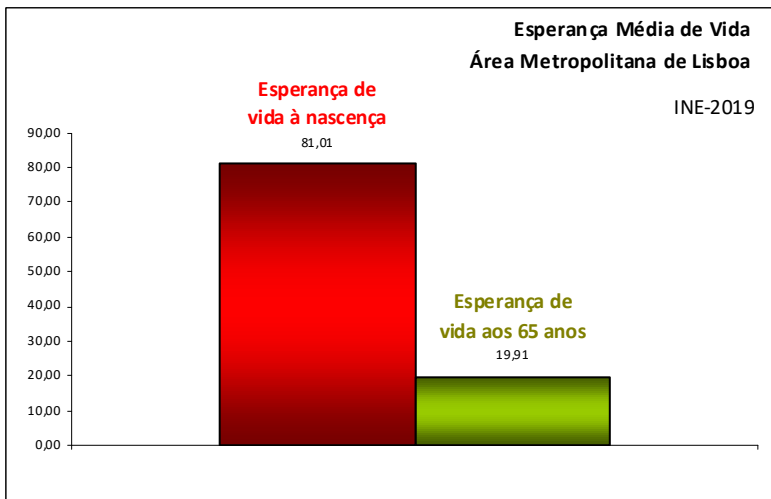
No grupo etário mais avançado (75 e mais anos) as mulheres constituem 61,8% da população.



O AUMENTO DA ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA

O AUMENTO DA ESPERANÇA MÉDIA DE VIDA NÃO TEM QUE SER SINÓNIMO DE ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

A esperança média de vida à nascença na Área Metropolitana de Lisboa é de 81,1 anos. Aos 65 anos, têm como perspectiva viver, em média, mais 19,9 anos - valores que, todos os anos (não traduzindo ainda o impacto da COVID19) têm aumentado de modo constante e sustentado.²



A POPULAÇÃO IDOSA AUMENTA A UM RITMO SUPERIOR AOS OUTROS GRUPOS ETÁRIOS

Em 3 anos (entre 2016 e 2019) o número de residentes no distrito com 65 e mais anos aumentou 5,2%, o que se situa muito acima do crescimento total da população do distrito (1,8%). Estes números ainda não traduzem o impacto do COVID19.

O ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

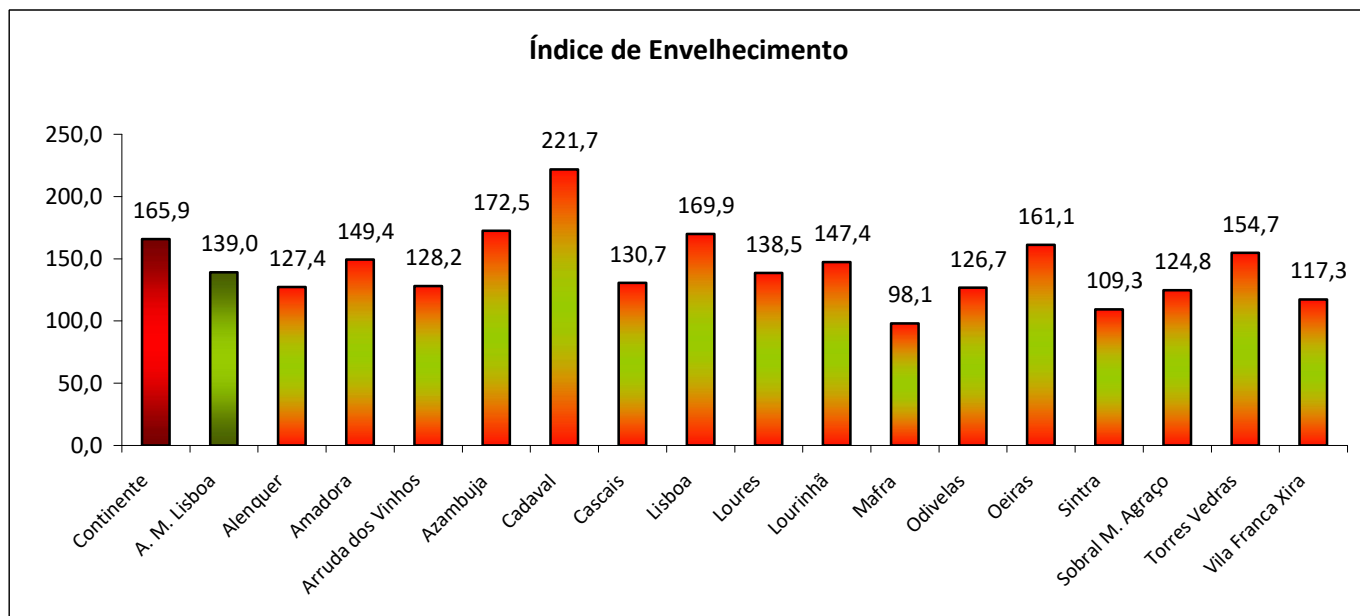
Vivemos mais anos, e essa é uma enorme conquista. No entanto, esta enorme conquista anda de par com um retrocesso de nascimentos e com a diminuição da proporção de residentes mais novos e em idade activa face aos residentes mais velhos. A esta tendência chama-se o envelhecimento da população.

² INE, 31/12/2019

Índice de Envelhecimento

Na Área Metropolitana de Lisboa, **por cada 100 pessoas com menos de 15 anos há 139 com 65 e mais anos**. Apesar de acentuado, o índice de envelhecimento é inferior ao do país: onde para 100 jovens há 163 idosos³

Os concelhos com maiores índices de envelhecimento são os de Cadaval (onde o número de idosos ultrapassa o dobro do número dos mais novos) e os de Lisboa e Oeiras.



ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS

Uma das consequências do envelhecimento populacional prende-se com o aumento do índice de dependência de idosos (número de pessoas com 65 anos ou mais anos por relação ao número de pessoas em idade economicamente activa).

Actualmente, na Área Metropolitana de Lisboa, **por cada 100 pessoas em idade activa há 35,6 pessoas com 65 e mais anos**.⁴

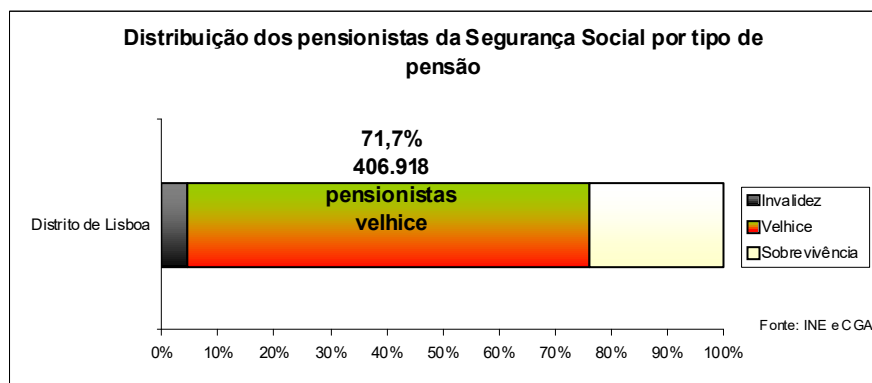
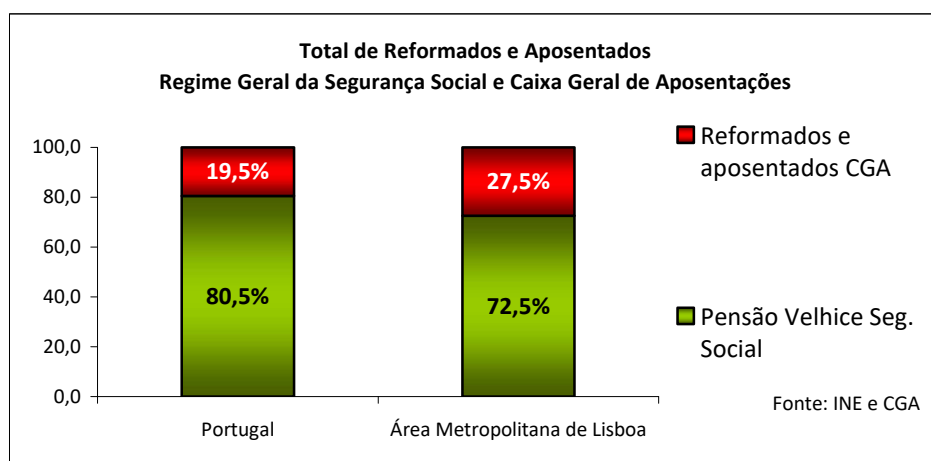
³ Fonte: INE, Anuários Estatísticos 2019

⁴ Fonte: INE, Anuários Estatísticos 2019

OS REFORMADOS NO DISTRITO DE LISBOA

Ao todo, no distrito, residem no distrito de Lisboa perto de 570 mil (567.969) reformados e aposentados (trabalhadores que auferem mensalmente, em substituição das remunerações do trabalho, a pensão de velhice, reforma ou aposentação, decorrente das contribuições realizadas na sua vida activa).

Destes, 406.918 pessoas recebem pensões de velhice da Segurança Social, a que se juntam 161.051 com pensões de reforma e aposentação da CGA.

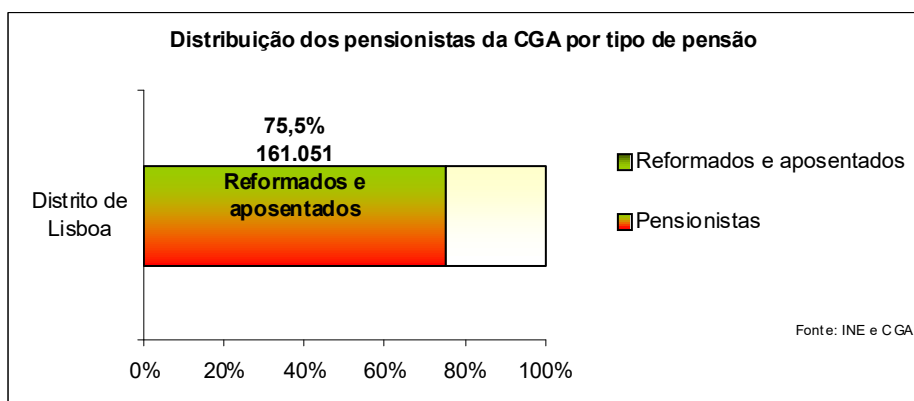


REGIME GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL

Os pensionistas por velhice (os reformados) constituem 71,7% dos Pensionistas da segurança social, seguido dos pensionistas por sobrevivência e por último de invalidez, como ilustra o gráfico abaixo.⁵

REFORMADOS E APOSENTADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Pertencem ao Caixa Geral de Aposentações (CGA) os reformados/aposentados que foram funcionários públicos e correspondem a 75,1% do total de aposentados e pensionistas da CGA.⁶



⁵ Fonte: INE, Anuários Estatísticos, 2019

⁶ Fonte: Caixa Geral de Aposentações/MFAP 2019

OS BAIXOS VALORES DAS PENSÕES

As pensões de reforma são o principal meio de vida da população com 65 e mais anos, no entanto, o seu valor continua a ser extremamente baixo e é, em muitos casos, incompatível com a promoção da qualidade de vida dos mais velhos.

Valor médio das pensões

A pensão média depende essencialmente dos salários sobre os quais se descontou e da duração da carreira contributiva.

Ao **nível nacional**, o **valor médio das pensões da segurança social** situou-se em 2019 nos **406€** mensais e o de velhice nos **465,9 Euros** mensais (continente).⁷

A pensão média de velhice do Regime geral da segurança social constitui uma referência importante atendendo ao elevado número de pessoas abrangidas.

Na **Área Metropolitana de Lisboa** o valor médio mensal das pensões de velhice é superior ao do país, situando-se nos **598,9 Euros** mensais.

Este é, no entanto, um valor médio e (mesmo continuando a ser muito baixo e insuficiente para fazer face a todas as despesas, mais ainda em Lisboa, onde estas são ainda maiores que no restante país) esconde valores muito abaixo deste valor médio.

No distrito de Lisboa, **13 dos 16 concelhos têm um valor médio de pensão de velhice abaixo do da Área Metropolitana** e 3 deles têm mesmo valores inferiores ao valor médio nacional, a saber:

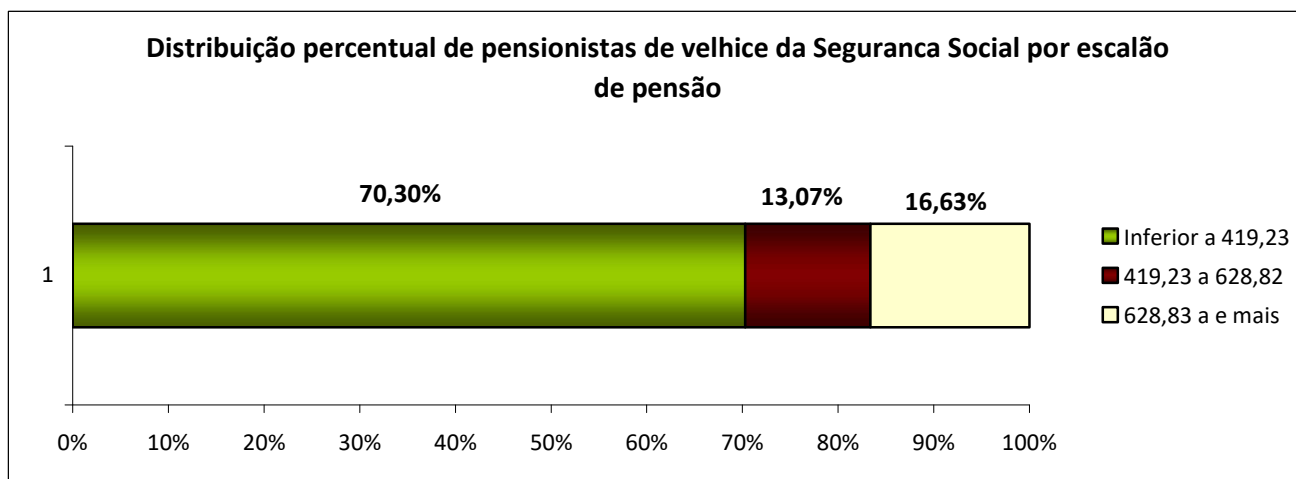
Pensão média Mensal 2019	
Concelhos	Euros
Cadaval	403
Lourinhã	423
Torres Vedras	457

1,36 MILHÕES COM PENSÕES DE VELHICE INFERIORES A 419,22 Euros

Considerando os **valores nacionais**, mais de **1 milhão e 36 mil pensionistas** de velhice do regime geral da segurança social vivia em 2018 **com pensões inferiores ao IAS** (419,66 Euros em 2018) e constituem **70,3% dos pensionistas por velhice**.⁸

⁷ Fonte: INE-II 2019

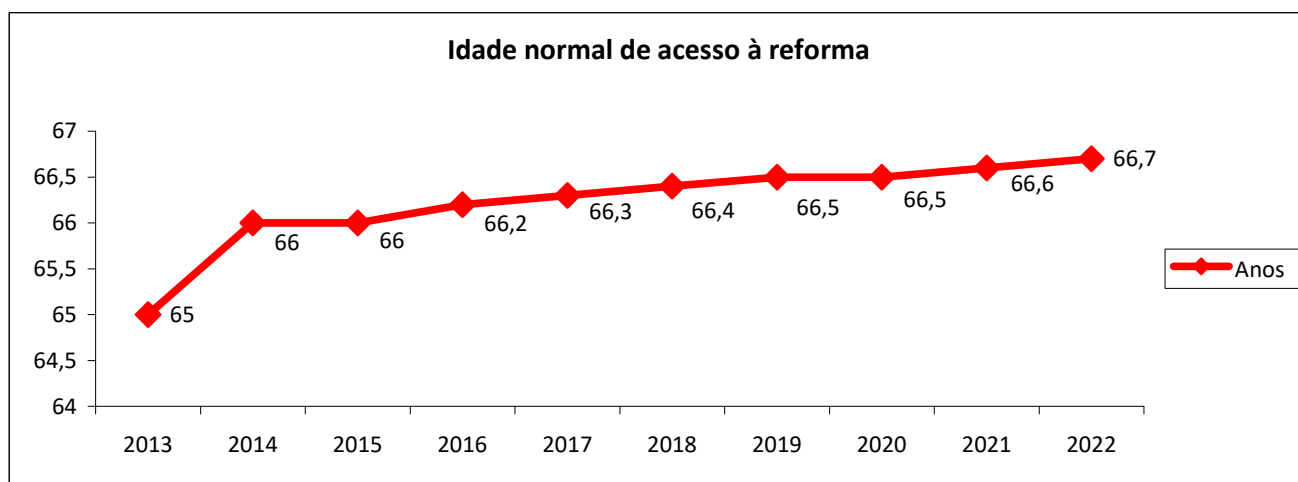
⁸ Fonte IGFSS – Relatório da Conta da Segurança Social 2018



O AUMENTO DA IDADE DE REFORMA

O aumento da Idade de Reforma, que em **2013** se situava nos **65 anos para homens e mulheres**, subiu em **2014 para os 66** por aplicação do factor de sustentabilidade e a partir de 2015, passou a ser actualizada anualmente em função da esperança média de vida aos 65 anos, situando-se **actualmente nos 66,6 meses**, estando projectada para 66,7 anos em 2022.

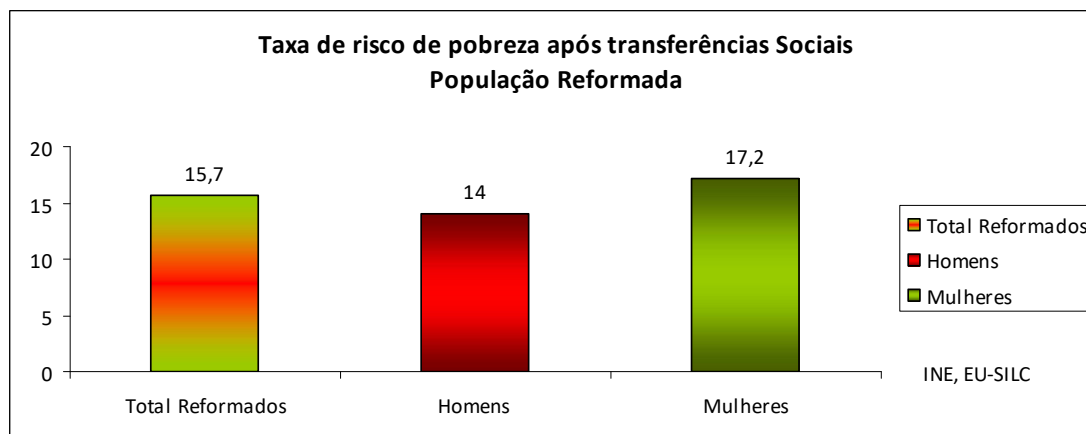
A **ligação entre a idade de reforma e a esperança média de vida tem um efeito duplamente penalizador**: atrasa o merecido acesso à reforma e penaliza o montante das pensões antecipadas por via da aplicação do factor de sustentabilidade.



POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

O risco de pobreza e privação material junto dos reformados e dos que têm 65 e mais anos é indissociável das baixas pensões que auferem. O aumento do valor das pensões é essencial para uma vivência digna e de qualidade da população reformada.

À pobreza monetária juntam-se outras dimensões (perda de mobilidade, doença, isolamento) que tornam a população mais velha particularmente exposta a situações de grande carência e de exclusão social.

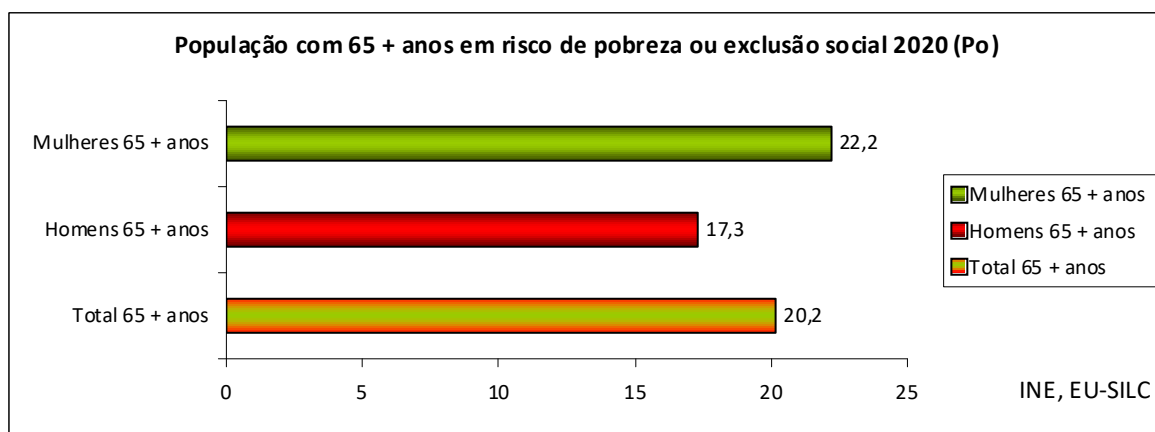


A taxa de risco de pobreza junto dos reformados revela que (mesmo após as transferências sociais) **15,7%** dos reformados viviam em 2019 com

rendimentos inferiores ao limiar de pobreza.

2 EM CADA 10 PESSOAS COM MAIS DE 65 ANOS VIVEM EM RISCO DE POBREZA OU EXCLUSÃO SOCIAL

De acordo com o Inquérito às condições de vida e rendimento, em 2020 **20,2%** da população no país com 65 e mais anos vivia em risco de pobreza ou exclusão social.



AS MULHERES SÃO AS MAIS ATINGIDAS PELA POBREZA

As pensões mais baixas associam-se a um maior risco de pobreza e exclusão social junto das mulheres mais velhas. **As mulheres reformadas têm um risco maior de pobreza (17,2%)** que os homens (14%). **22,2% das mulheres com 65 e mais anos vivem em risco de pobreza ou exclusão social**, percentagem esta que é de 17,3% junto dos homens reformados.

A diferença percentual nos rendimentos de pensão das mulheres com mais de 65 anos em relação aos dos homens atingia os 30,1% em 2018⁹. Ou seja, de acordo com os dados do Eurostat, **as reformadas em Portugal recebem valores de pensão 30% abaixo dos valores dos homens reformados**. Para tal contribuem muito os baixos salários das mulheres (que continuam a ser inferiores aos baixos salários dos homens), o trabalho não remunerado, as carreiras contributivas mais intermitentes.

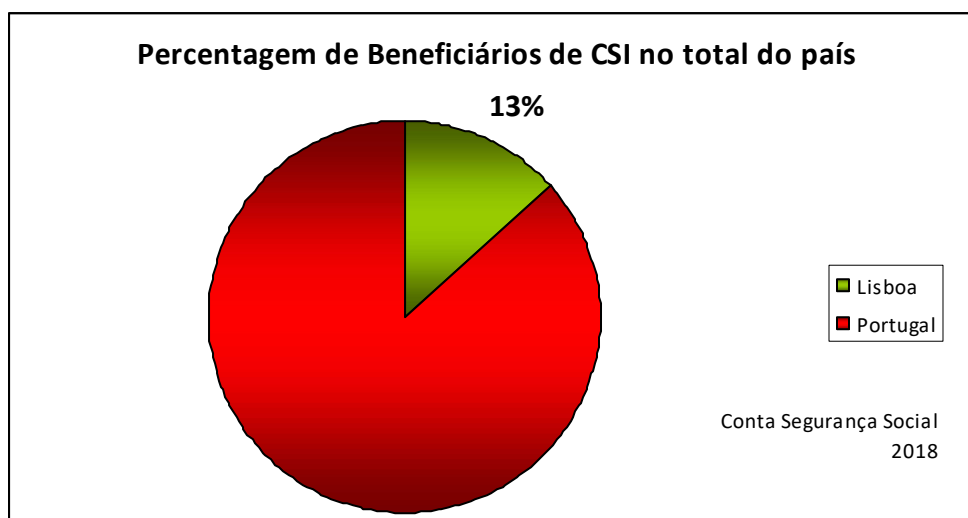
BENEFICIÁRIOS DO COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

A análise da taxa de risco de pobreza demonstra a importância do sistema de segurança social e das suas prestações sociais para a redução do risco de pobreza junto dos mais idosos.

O **complemento solidário para idosos (CSI)** é uma prestação complementar à pensão que consiste num apoio em dinheiro pago mensalmente pela segurança social aos idosos de menores rendimentos.

Esta é uma prestação que está longe de resolver o problema essencial e fundamental que é o dos baixos valores das pensões de reforma. Apesar disso, o CSI tem sido uma prestação importante para aliviar a situação de carência económica de muitos idosos e a pobreza na população mais idosa.

No distrito de Lisboa, **perto de 23.232 pessoas idosas auferiam o CSI (em Abril de 2020). Constituem 13,1% dos beneficiários de CSI no País.**

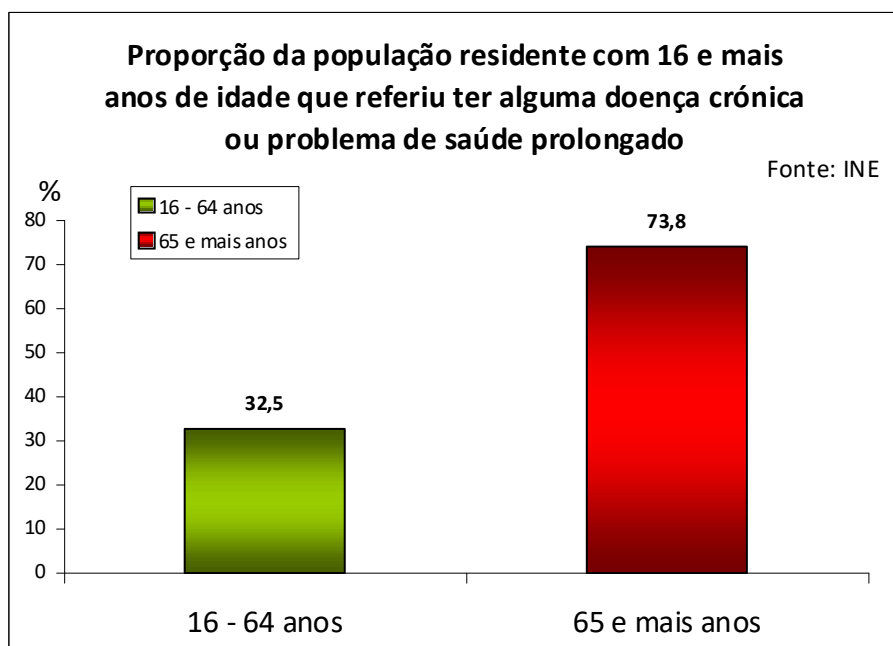


Mais uma vez, como consequência inevitável das baixas pensões e do maior risco de pobreza e exclusão social, **as mulheres constituem 71% dos beneficiários do CSI.**

⁹ Eurostat, 2018

A SAÚDE E OS ORÇAMENTOS DOS REFORMADOS

À medida que a idade aumenta, aumentam as necessidades de saúde e também os gastos com esta.



73,8% da população com 65 e mais anos referiu ter uma doença crónica ou problema de saúde prolongado (em comparação com 32,5% para a população com menos de 65 anos).

O aumento da longevidade não tem sido acompanhado por políticas que respondam às necessidades de Saúde dos mais idosos.

O último ano (desde Março 2020) foi particularmente difícil para a população com 65 e mais anos,

particularmente vulnerável no âmbito da pandemia COVID19.

É também a população mais idosa que refere ter tido maiores dificuldades no acesso a cuidados de saúde em resultado da pandemia.

No entanto, apesar de todas as dificuldades, se não tivéssemos em Portugal um Serviço Nacional de Saúde com as características do SNS, com os seus profissionais e a situação que se viveu desde Março de 2020 até hoje, teria consequências muito mais graves.

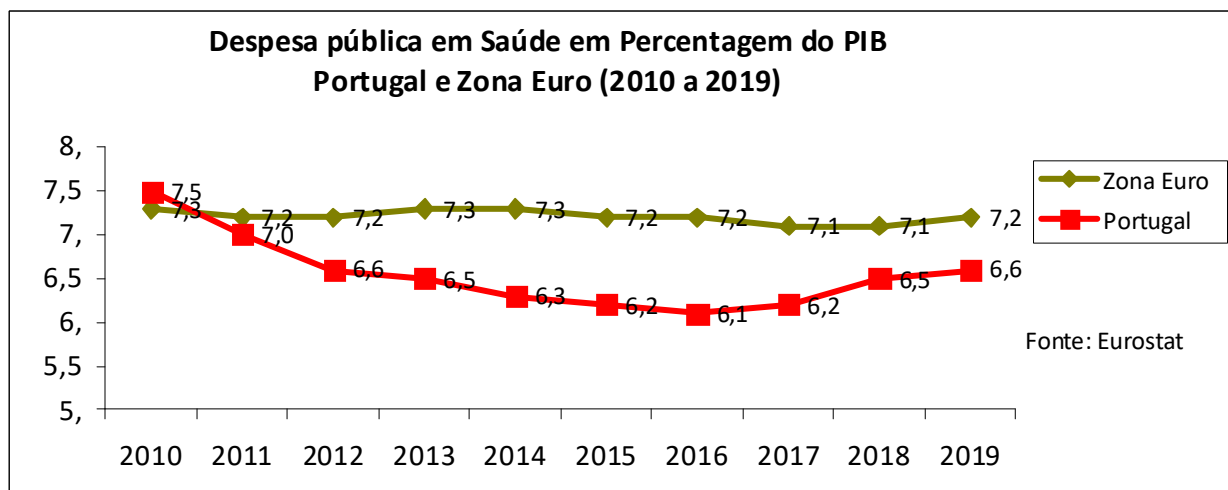
A importância do investimento público em saúde

Os gastos públicos em saúde não podem ser vistos como um custo. São, na realidade, um investimento que permite melhorar a capacidade e o bem-estar de todos e da população mais velha em particular.

A pandemia COVID19 que se viveu desde Março de 2020 mostrou bem a importância do SNS.

É pois essencial continuar a exigir o investimento público na saúde.

O peso da despesa pública na área da saúde em relação ao total do PIB em Portugal (6,6%) estava abaixo do valor da EU 28 (7,1%) e da Zona Euro (7,2%). Desde 2011 que a despesa pública em saúde tem vindo a descer, tendo subido ligeiramente a partir de 2017, mas longe de chegar aos valores de 2010 (que já eram claramente baixos).

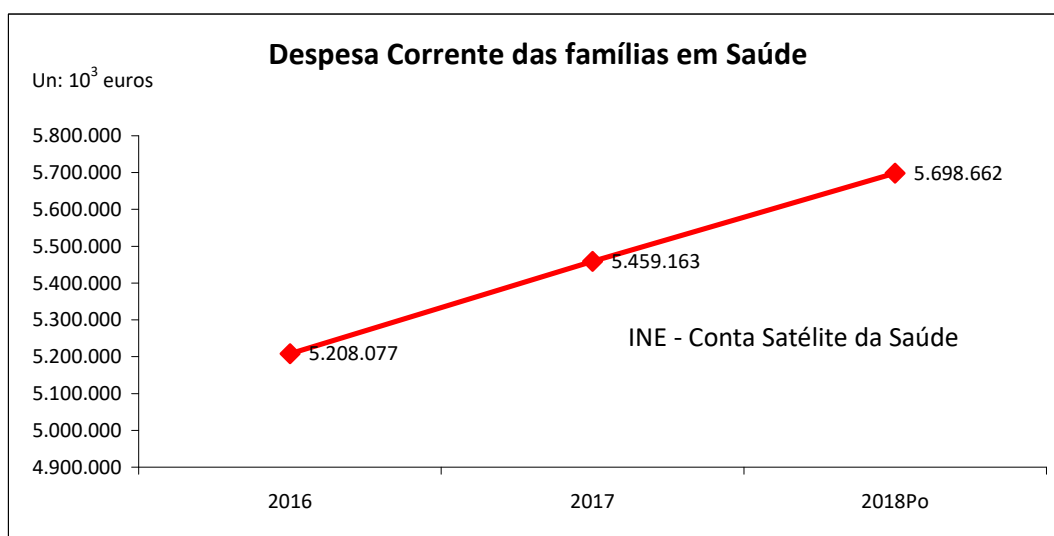


Estes números ainda não refletem os dados relativos à resposta à pandemia COVID19.

A POPULAÇÃO COM 65 E MAIS ANOS TEM MAIS GASTOS COM A SAÚDE

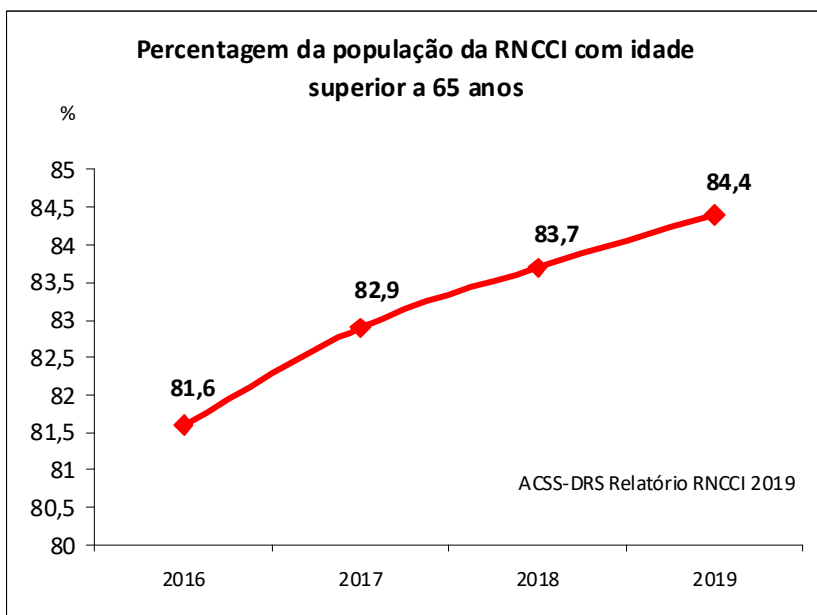
O último inquérito aos orçamentos familiares data de 2017. Nessa altura a **saúde** constituía uma **fatia de 8,4% da despesa média dos seus orçamentos familiares das pessoas com 65 e mais anos**, um valor que constitui o dobro e mais da despesa em saúde assumida pelos orçamentos familiares dos que têm menos de 44 anos.

É no entanto muito provável que o peso da saúde nos gastos da população com 65 e mais anos tenha aumentado ainda mais, considerando que **entre 2017 e 2018 a despesa das famílias em saúde aumentou 4,4%**¹⁰ (um aumento muito superior à evolução dos rendimentos das pensões dos reformados).



¹⁰ INE, Conta Satélite da Saúde 2019

UMA REDE DE CUIDADOS CONTINUADOS INSUFICIENTE



A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados tem como objetivo a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência.

A necessidade de cuidados continuados integrados a pessoas que se encontram em situação de dependência tem uma incidência acentuada junto da população idosa.

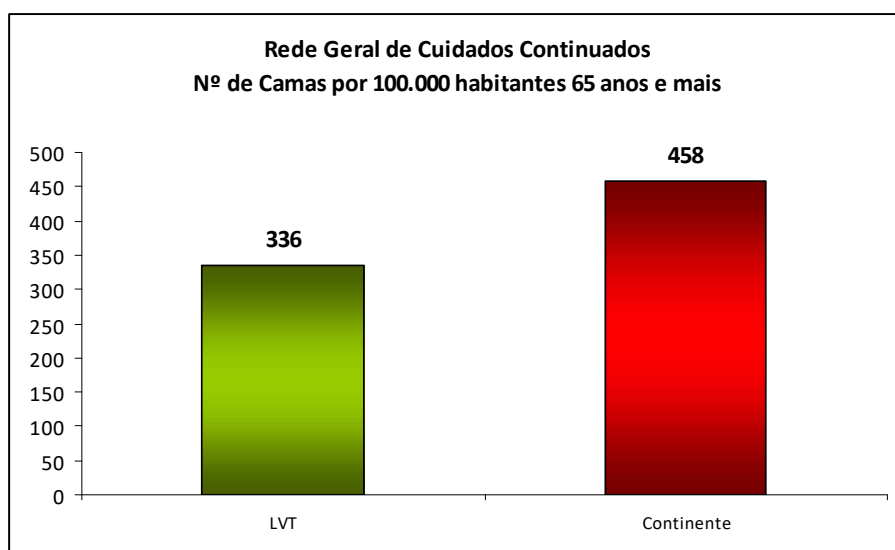
Bem ilustrativo é que, no ano de 2019, **84,4% dos utentes assistidos**

na Rede Geral de Cuidados continuados tinham idade superior a 65 anos¹¹.

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados é insuficiente e está longe de responder às necessidades da população mais envelhecida. Esta incapacidade é particularmente sentida na Região de Lisboa e Vale do Tejo, a região com menor taxa de cobertura.

Assim, na Região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) existiam, em 2019, **338 camas por 100.000 habitantes** com idade igual ou superior a 65 anos. Este valor é muito inferior ao (já de si insuficiente) número do país, que é de 458 por 100.000 habitantes.¹²

A **Região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT)** é **também a segunda região com maior tempo de espera** desde a referência até à



identificação de vaga, tanto nas **Unidades de Convalescença**, como nas **Unidades de Média Duração e Reabilitação**, com um valor mediano de 27,8 dias e 50 dias (respectivamente), apenas atrás da região do Alentejo.¹³

¹¹ Relatório de Monitorização da RNCCI - 2019

¹² Relatório de Monitorização da RNCCI - 2019

¹³ Relatório de Monitorização da RNCCI - 2019

AUSÊNCIA DE UMA REDE PÚBLICA DE EQUIPAMENTOS DE APOIO À TERCEIRA IDADE

O acentuado envelhecimento da população continua a não encontrar as respostas adequadas em termos de apoio e equipamentos sociais específicos para esta cada vez maior camada da população.

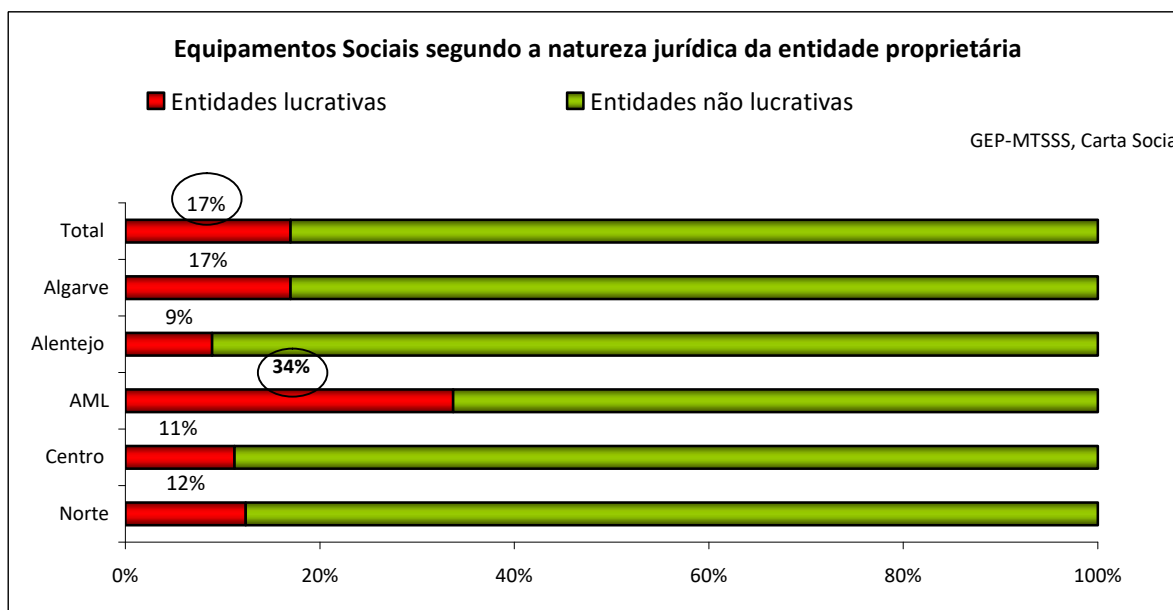
A Constituição da República Portuguesa consagra como incumbência do Estado a obrigação de “promover (...) uma política da 3ª idade”.

GRANDE PESO DO SECTOR LUCRATIVO NAS RESPOSTAS SOCIAIS AOS IDOSOS

À transferência das responsabilidades do Estado para a esfera das instituições particulares (sejam estas de carácter lucrativo ou não lucrativo), junta-se na Área Metropolitana de Lisboa, um peso particularmente elevado da esfera lucrativa nos equipamentos sociais, com todas as gravosas consequências.

Na AML, 34% dos equipamentos sociais pertencem a privados com fins lucrativos (um peso que é muito superior ao que tem nas restantes regiões e o dobro do peso que tem no conjunto do país).¹⁴

Perto de metade dos equipamentos sociais que no país pertencem a entidade lucrativas situam-se na Área metropolitana de Lisboa (48%), quando o peso da região no total de equipamentos Sociais é apenas de 24% e nas entidades não lucrativas é apenas 19,3%.¹⁵



¹⁴ Carta Social – Relatório 2018

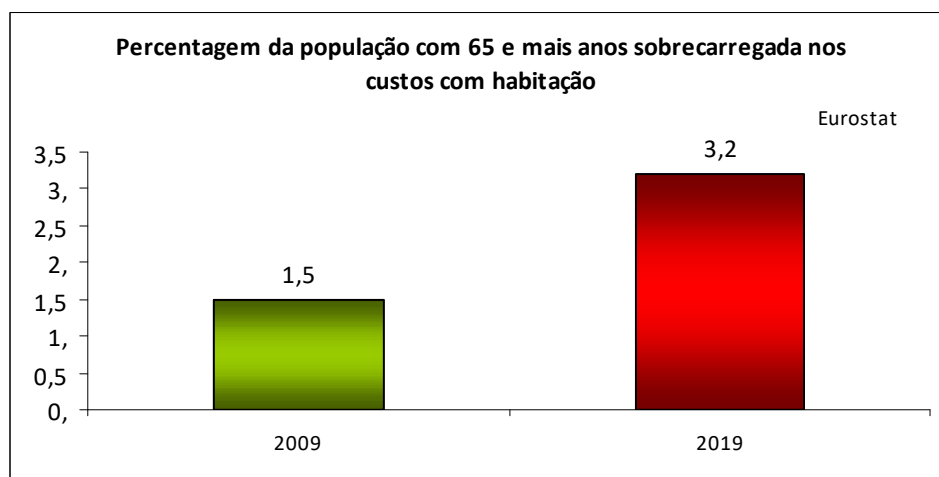
¹⁵ Carta Social – Relatório 2018

HABITAÇÃO

O Novo Regime de Arrendamento Urbano, aprovado em 2012, a par da actividade altamente especulativa em torno da habitação na cidade de Lisboa, são realidades que têm um impacto particularmente grave junto das pessoas mais idosas e reformadas no nosso distrito.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Eurostat, em 2019, **3,2% da população com 65 e mais anos em Portugal vivia sobrecarregada com os custos com habitação** (população que vive num agregado familiar onde os custos totais de habitação representam mais de 40% do rendimento total disponível do agregado familiar).

Em 2009 a percentagem de sobrecarga com custos com habitação era de **1,5%** e mais que duplicou em menos de 10 anos¹⁶, revelando assim os custos crescentes da habitação e do seu impacto no orçamento das famílias.

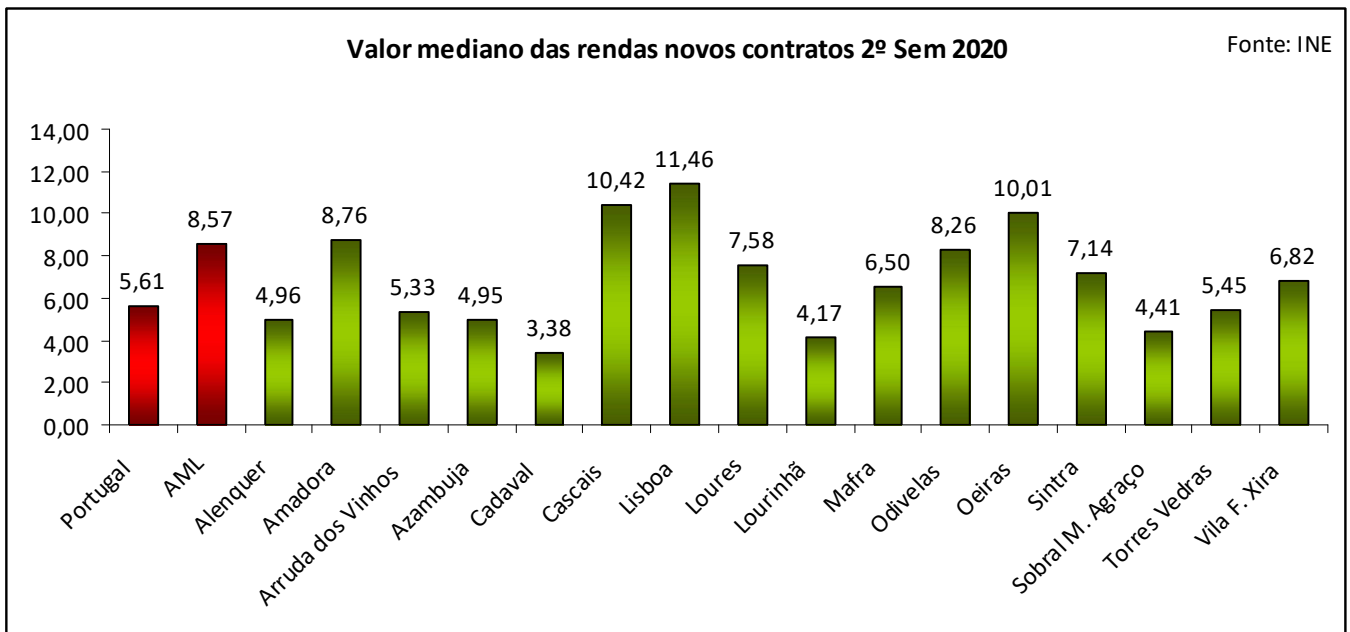


Apesar de importante, este é um valor nacional e que está longe de traduzir a realidade específica do distrito (onde os preços da habitação são particularmente elevados).

Lisboa é actualmente uma das cidades mais caras, no contexto nacional mas também europeu. Inicialmente, a actividade especulativa imobiliária afectou sobretudo o centro histórico (onde vivem/viviam muitas pessoas idosas), o seu efeito dominó estende-se actualmente para a cidade no seu todo e para os restantes concelhos do Distrito e Área Metropolitana de Lisboa.

O **valor das rendas na área Metropolitana de Lisboa** nos novos contratos é de 8,57€ por m², valor muito superior ao valor nacional (5,61/ m²). Na **Cidade de Lisboa** (onde habita a maior proporção de residentes com 65 e mais anos) o valor das rendas para os novos contratos de arrendamento 11,46/ m²) é **mais do dobro do valor nacional**.

¹⁶ Eurostat - Ageing Europe - 2020 edition



A ganância especulativa é pois muito grande, à custa de um bem de primeira necessidade que é a habitação e que constitui um direito constitucional. Esta é uma situação que dificulta os novos arrendatários e que simultaneamente exerce uma enorme pressão sobre os inquilinos mais antigos.

Aos elevados preços da habitação, juntam-se as **más condições de habitabilidade** de muitas casas. Portugal é o **segundo país da UE onde uma maior proporção de pessoas com 65 e mais anos vivem em casas com problemas** de fugas, humidade ou materiais apodrecidos (27,5%, em comparação com a média de 13,6% na UE27).¹⁷

¹⁷ Eurostat – Ageing Europe - 2020 edition